



Verificação Unificada 2018.1

– Informações gerais

- Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
 - a) Uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova.
 - b) Este caderno de prova, com o enunciado das 86 (oitenta e seis) questões, sem repetição ou falha.
 - c) Os alunos matriculados nas disciplinas Estágio Supervisionado IV e VI deverão responder apenas até a questão 80. As demais serão desconsideradas, ainda que marcadas. Os alunos matriculados na disciplina Estágio Supervisionado VIII deverão responder até a questão 86.
- Ao receber a folha de respostas você deve:
 - a) conferir seu nome e número de matrícula;
 - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões são identificadas pelo número que se situa no enunciado.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, **telefone celular**, **smartwatches**, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como óculos escuros ou qualquer acessório de chapelaria, como chapéu, boné, gorro, etc.
- Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do(a) aluno(a).
- O tempo disponível para prova será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para marcação da folha de respostas.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Somente depois de decorrida **uma hora** do início da prova o(a) aluno(a) poderá retirar-se da sala de prova sem levar o caderno de questões.
- O ingresso de estudante em sala de realização de prova apenas é admitido com uma tolerância máxima de **30 (trinta) minutos**.
- Somente no decorrer dos últimos 60 (sessenta) minutos do período da prova o(a) aluno(a) poderá retirar-se da sala levando o caderno de questões.
- Quando terminar sua prova, o(a) aluno(a) deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala.
- Quem descumprir quaisquer regras contidas na Resolução NPJ nº 03/2014 e/ou no Edital da Verificação Unificada **RECEBERÁ NOTA ZERO**.

01. “Em sistemas jurídicos de civil law, como o nosso, nos quais predomina a legislação escrita, o termo jurisprudência — que é polissêmico — geralmente indica uma pluralidade de decisões relativas a vários casos concretos, acerca de um determinado assunto, mas não necessariamente sobre uma idêntica questão jurídica. Esse modo de lidar com a jurisprudência, cujo conhecimento é, via de regra, fornecido pela consulta rápida nos sítios eletrônicos dos próprios tribunais revela, em algumas hipóteses, a tendência do posicionamento pretoriano sobre a interpretação de determinado texto legal.” Cruz e Tucci, José Rogério. Notas sobre os conceitos de jurisprudência, precedente judicial e súmula. (In: <<https://www.conjur.com.br/2015-jul-07/paradoxo-corte-anotacoes-conceitos-jurisprudencia-precedente-judicial-sumula>>)

Considerando o que foi afirmado pelo autor e seus conhecimentos acerca da jurisprudência no Direito Romano, é correto afirmar:

- Os romanos conceituavam jurisprudência da mesma maneira que se faz no direito atual, mas não lhe atribuíam grande valia devido à rigidez do civil law romano.
- A jurisprudência romana tinha força de lei, pois os pretores – magistrados que exerciam o papel de juízes – eram grandes conhecedores do jus civile romano e suas decisões serviam de precedentes judiciais.
- O Corpus Juris Civilis não traz jurisprudência em seu texto, uma vez que é composto exclusivamente por leis.
- Diferente do direito brasileiro, o direito romano entendia jurisprudência como a ciência do direito produzida pelos jurisconsultos.

Justificativa: Profa. Eliza Dias.

- Os romanos também tinham em seu vocabulário jurídico o termo jurisprudência, ocorre que para eles jurisprudência se assemelhava ao conceito atual de doutrina, ou seja, eram a ciência produzida pelos estudiosos do direito que, naquela época, eram chamados de jurisconsultos. Os romanos chegaram a equiparar a jurisprudência romana à lei, tamanha a importância que atribuíam aos estudos e pareceres dos jurisconsultos. Ainda sobre a importância da jurisprudência, o Corpus Juris Civilis tem um livro específico com sua compilação chamado de Digesto.

02. Considere o texto abaixo:

Economia da Venezuela deve ter queda de 15% em 2018, com inflação de 13.000%, diz FMI

Encolhimento do PIB venezuelano em cinco anos deve chegar a quase 50%
25/01/2018 - por agência O Globo

A economia da Venezuela deve ter uma queda de 15% em 2018, segundo projeção divulgada nesta quinta-feira pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Caso seja confirmada, será o terceiro ano seguido de recessão com taxas de dois dígitos no país, embora a crise tenha começado antes, em 2014. Em 2016, a perda do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 16,5%, seguida por recuo de 14% em 2017, segundo o Fundo.

Inicialmente, a expectativa do FMI era que a Venezuela chegasse ao fim deste ano com retração de 6% do PIB. Para o período entre 2013 e 2018, a estimativa do FMI é que a queda do PIB chegue a quase 50%. A inflação, por sua vez, deve disparar nada menos que 13.000%.

A Venezuela vive uma das piores crises mundiais e vê sua economia encolher há quatro anos. Um dos principais fatores que contribuíram para a derrocada do país foi a queda de preço do barril de petróleo desde 2014, já que o setor responde quase pela totalidade da exportação do país, e por cerca de metade da receita do governo. O acesso insuficiente a dólares, o controle de preços e a rígida regulamentação trabalhista levaram algumas empresas dos EUA e multinacionais a reduzir ou encerrar suas operações venezuelanas.

(<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/01/economia-da-venezuela-deve-ter-queda-de-15-em-2018-com-inflacao-de-13000-diz-fmi.html>)

Conforme a temática abordada no texto e considerando-se os dois grandes agregados macroeconômicos: Produto Interno Bruto (a preços de mercado) e Produto Nacional Bruto (a preços de mercado), em um sistema econômico aberto como, por exemplo, o Venezuelano, se o país remete mais renda para o exterior do que dele recebe.

É correto o que se afirma em:

- PIB_{pm} > PNB_{pm}
- PIB_{pm} < PNB_{pm}
- PIB_{pm} = PNB_{pm}
- As transações com o exterior não afetam nem o PIB nem o PNB.

Justificativa: Prof. Ricardo Coimbra

- Em economias subdesenvolvidas pode-se obter que o produto interno bruto é o produto nacional bruto adicionado às despesas feitas pelo país a título de pagamento pelo uso dos fatores de produção de propriedade de não residentes,

menos as receitas recebidas do exterior pelo uso que os não residentes fazem dos fatores de produção de propriedade de residentes (receita líquida enviada ao exterior - diferença entre a renda enviada ao exterior e a recebida do exterior).

PIB = PNB + RLEE

03. “Vemos que todos compreendem a justiça como uma disposição de caráter pela qual os homens praticam coisas que são justas, e pela qual agem de maneira justa e desejam coisas justas; do mesmo modo também em relação à injustiça, pela qual agem de maneira injusta e desejam coisas injustas” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2016).

Assinale a opção que contém a assertiva incorreta:

- a) Para Aristóteles, a justiça é parte da virtude.
- b) Aristóteles considerava que a reciprocidade era baseada numa proporção, e não em uma igualdade estrita.
- c) Segundo Aristóteles, cabe ao juiz restaurar a igualdade, procurando um meio-termo.
- d) Aristóteles considerava que ir diante do juiz seria similar a colocar-se diante da justiça porque o juiz tende a ser como a justiça viva.

Justificativa: Profa. Eulália Camurça

- Para Aristóteles, a justiça não é parte da virtude, mas a virtude inteira. É a visão universal de justiça que entende o conceito como uma virtude que está dentro de todas as demais virtudes: “Na justiça se encontra, em suma, todas a virtude e ela é a virtude mais perfeita, porque é o uso da virtude completa.” (ARISTÓTELES, p. 113)

04. “A personalidade contém, de maneira geral, a capacidade jurídica e constitui o conceito e a base, também abstrata, do direito abstrato e, por isso, formal. O imperativo jurídico é por isso: sê uma pessoa que respeita os outros enquanto pessoas” (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia do Direito*. São Leopoldo: Ed. Unsinos, 2010).

Assinale a opção que contém a assertiva correta em relação à filosofia do Direito de Hegel:

- a) A família é um lugar que constitui personalidade, mas isto não significa que ela deva ter pela independência, devendo ser regulamentada pelo Estado.
- b) A propriedade se restringe aos bens materiais, não incluindo os bens imateriais.
- c) Hegel toma a ação moral enquanto núcleo central de suas considerações tendo como parâmetro a dimensão subjetiva, mas também de projetos que se realizam de forma prática.

- d) O Estado hegeliano tem um caráter autoritário, que invade os domínios da família e da sociedade civil-burguesa.

Justificativa: Profa. Eulália Camurça

- Para Hegel, o sujeito deve se questionar sobre o sentido de suas ações, pondo em dúvida crenças e, ao agir, assumir sua culpa e responsabilidade moral sobre seus atos.

05. Sobre a hermenêutica jurídica, marque a assertiva incorreta.
- a) A hermenêutica guia o executor a determinar o alcance e a extensão de um preceito legal.
 - b) Basta conhecer as regras aplicáveis para determinar o sentido e o alcance dos textos.
 - c) Nenhuma interpretação, por mais válida e convincente que seja, pode impor-se à humanidade como definitiva.
 - d) Necessita-se realizar uma pesquisa da relação entre o texto abstrato e o caso concreto, entre a norma jurídica e o fato social para se aplicar o Direito.

Justificativa: Profa. Eulália Camurça

- Para aplicar o direito, torna-se necessário não apenas utilizar os elementos trazidos pelo texto normativo, mas também levar em consideração os elementos do caso para ao qual será aplicada. Como revela Eros Grau, a partir dos dados da realidade.

06. Assinale a opção que contém a assertiva correta de acordo com o pensamento de Robert Alexy:
- a) Um princípio jamais pode recuar diante de outro e sempre pode ser considerado nulo.
 - b) Os conflitos entre regras não podem ser resolvidos por uma cláusula de exceção.
 - c) Os princípios têm o mesmo peso no caso concreto.
 - d) Os princípios são mandados de otimização e podem ser cumpridos em diferentes graus.

Justificativa: Profa. Eulália Camurça

- A assertiva contempla a sustentação de Robert Alexy, que entende princípios como mandados de otimização, cujo cumprimento não depende exclusivamente de possibilidades materiais, mas também jurídicas.

07. Conforme as argumentações da função antropológica do Direito de Alain Supliot, assinale a alternativa correta:
- a) Podemos ter pontos de vista diferentes sobre os direitos humanos, abrindo os caminhos para a interpretação multicultural.
 - b) Apesar de o indivíduo ser único, não pode ser considerado como sujeito soberano, com a atribuição de vários direitos.

- c) A personalidade é como um dado biológico e uma construção dogmática.
- d) Qualquer tentativa de racionalização simplificadora é viável para explicar as disposições jurídicas capaz de conduzir o direito a mero utensílio de gestão dos recursos humanos e sociais.

Justificativa: Profa. Eulália Camurça

- O diálogo multicultural, em tese, buscaria a universalidade como um sistema de crenças acolhido pelas diversas civilizações e a construção de sentidos inerentes a cada contexto cultural onde a crença se constitui e se autoproduz.

08. Considere as afirmativas a seguir:

- I. O direito e a moral respondem pela mesma necessidade social: regulamentar as relações dos homens visando certa coesão social.
- II. Mesmo que o direito mude, a moral segue exatamente o mesmo conteúdo, sendo imutável.
- III. A esfera da moral é menos ampla do que a do direito.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s) sobre Santo Agostinho:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

Justificativa: Profa. Eulália Camurça

- Somente a assertiva I é correta. A II é incorreta porque tanto a moral quanto o direito mudam historicamente o conteúdo de sua função social. A III está incorreta porque a esfera da moral é mais ampla que a do direito, pois atinge todos os tipos de relação entre os homens e também mais variadas formas de comportamento. (VÁZQUES, Adolfo Sánches. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017).

09. Sobre o pensamento de Arnaldo Vasconcelos, considere as proposições abaixo:

- I. A norma jurídica se estrutura como um juízo hipotético disjuntivo, contendo, em sua forma, a previsão expressa da possibilidade da não-realização do preceito, com o que se contempla, no mundo do direito, a liberdade do indivíduo.
- II. A coação não compõe a natureza da norma jurídica, sendo certo, por outro lado, que a coatividade, sim.
- III. Arnaldo Vasconcelos, ao defender o direito natural, não ignora a importância do direito positivo, podendo-se afirmar que aquele servirá como técnica de aprimoramento deste.

Há afirmação correta em:

- a) I e II.

- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- Todas as assertivas contemplam o pensamento de Arnaldo Vasconcelos, vez que o autor (i) adota o pensamento de Carlos Cossio, quanto à estrutura da norma; (ii) defende o caráter accidental (e não essencial) do uso da força no direito; e (iii) não nega a existência e relevância do direito positivo, aliando-o ao direito natural, de modo que este se manifesta como técnica de legitimação do direito.

- 10.** “A Moral, para realizar-se autenticamente, deve contar com a adesão dos obrigados. Quem pratica um ato, consciente da sua moralidade, já aderiu ao mandamento a que obedece. Se respeito meu pai, pratico um ato na plena convicção da sua intrínseca valia, coincidindo o ditame de minha consciência com o conteúdo da regra moral. [...] A moral é incompatível com a violência, com a força, ou seja, com a coação, mesmo quando a força se manifesta juridicamente organizada” (REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. 29ª edição, ajustada ao novo Código Civil, 6ª Tiragem, p. 44 e 46).

Considerando o fragmento anterior, marque a alternativa correta sobre Direito e Moral:

- a) O Direito é unilateral, enquanto a moral é bilateral.
- b) A moral é externa por se ocupar das atitudes externalizadas dos indivíduos, não devendo se atuar no campo da consciência, somente quando necessário para averiguar determinada conduta.
- c) A moral é cumprida de forma coercível, e se destina influenciar diretamente a consciência do indivíduo, de forma a evitar que as condutas incorretas sejam externalizadas, e quando forem, deverá ser objeto de análise somente para se aferir a intenção do indivíduo, não atingindo esse critério, a moral social.
- d) O Direito tem como uma de suas características mais marcantes a coercibilidade, ou seja, o indivíduo deverá obedecer às normas por temer a imposição de uma penalidade que será certamente exercida pela força estatal.

Justificativa: Prof. Danielle Batista

- Uma das características do Direito é a coercibilidade, diferente da moral, que atua no campo da consciência.

- 11.** A representação política possui vários sentidos dados por políticos e teóricos políticos. O primeiro modo de se entender o conceito de representação foi dada pela visão de Hobbes, numa concepção centrada na ideia de autoridade. O Segundo

enfoque é aquele que desenvolve a ideia da representação como reflexo de alguma coisa ou alguém. E a terceira centraliza a discussão na própria atividade de representar. (KINZO, Maria D'Alva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo em Perspectiva, vol.15, n.4, p.3-12. Acessado em 30/05/2018).

Com base na análise dos itens, marque V (verdadeiro) ou F (falso), sobre quais podem ser considerados como fatores que influenciam positiva ou negativamente a escolha dos eleitores quanto aos representantes:

- I. níveis de renda dos diferentes eleitores, classe social e atitudes políticas dos representantes.
- II. cultura política predominante.
- III. influência da informação sobre os indecisos e influência da propaganda eleitoral.
- IV. influência do fator religioso.

- a) V-V-V-V
- b) F-F-F-F
- c) V-F-F-F
- d) V-V-F-V

Justificativa: Profa Danielle Batista

Diversos fatores são influenciadores na escolha dos representantes políticos, tanto de forma positiva como negativa.

12. Em um mundo globalizado, o Direito Constitucional tem expandido seus horizontes para além das fronteiras políticas, concebendo a formação de um cenário constitucional global. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
 - a) o poder constituinte supraconstitucional remete ao poder dos Estados de celebração de tratados bilaterais e multilaterais, e, com ela, a renúncia limitada às suas soberanias.
 - b) o Estado Constitucional Cooperativo, de Peter Häberle, consiste na ampliação da noção de Estado Constitucional para o nível mundial, mediante a criação de uma organização internacional, dotada de uma constituição cujo principal objetivo é a ampliação dos direitos humanos e a redução das desigualdades sociais.
 - c) o transconstitucionalismo, de Marcelo Neves, anuncia o fenômeno mundial de crescente remissão de normas constitucionais a normas das Constituições de outros países e de tratados constitutivos de organismos internacionais, transformando decisões de cortes constitucionais estrangeiras em precedentes vinculantes no país.
 - d) a teoria da interconstitucionalidade, contribuição de Canotilho, propõe a criação de uma Constituição global, escrita e submetida à

dogmática dos direitos humanos, sem o desaparecimento das constituições dos Estados.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

- poder constituinte supraconstitucional representa o poder constituinte dos organismos de integração regional, como a União Europeia, que envolvem a integração política. O transconstitucionalismo consiste na relação entre as ordens jurídicas nacionais para a solução de problemas constitucionais comuns, remetendo a um diálogo entre as cortes constitucionais cujas decisões servem como precedentes persuasivos. A teoria da interconstitucionalidade considera a criação de uma rede interconstitucional, mantendo-se as constituições dos Estados, conservando sua identidade e memória.

13. Considera-se inserido nos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil:
 - a) a soberania da União.
 - b) os valores sociais da livre iniciativa.
 - c) a cidadania universal.
 - d) a dignidade dos seres vivos.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

A soberania pertence ao povo, conferida à República Federativa do Brasil. A cidadania, como princípio fundamental da República, é conferida somente aos brasileiros natos ou naturalizados. Embora promova um Estado Constitucional Ambiental, a dignidade limita-se aos seres humanos. Os valores sociais da livre iniciativa estão previstos no art. 1º, IV.

14. Sobre o julgamento da ADPF 54, sobre a interrupção terapêutica da gestação do feto anencéfalo, considere a seguinte assertiva e marque a opção correta:
 - I. É inconstitucional a interrupção terapêutica da gestação do feto anencéfalo
PORQUE
 - II. a vida, para efeitos jurídicos, ocorre a partir da fecundação e formação do embrião.
 - a) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
 - b) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
 - c) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
 - d) as duas afirmações são falsas.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

Na ADPF 54, o STF consagrou o entendimento de que a interrupção terapêutica da gestação do feto anencéfalo NÃO deve ser considerada como uma hipótese de aborto, não configurando violação ao

direito à vida do feto, porque a vida, segundo o próprio STF, inicia a partir do desenvolvimento cerebral, o que não ocorreria com o feto anencéfalo.

15. Ao longo dos trinta anos de vigência da Constituição de 1988, o Supremo Tribunal Federal enfrentou casos difíceis, nos quais por vezes a declaração de inconstitucionalidade tradicional se mostrava uma medida inadequada aos desígnios constitucionais, levando a novas formas de decisão, como a modulação dos efeitos. Sobre as decisões atribuídas pelo STF em controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) a interpretação conforme à Constituição é um método da hermenêutica constitucional derivado da interpretação sistemática, pelo qual a interpretação das leis precisa ser feita também considerando as normas constitucionais.
- b) na declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução do texto, o texto constitucional remete a duas ou mais hipóteses normativas, o STF declara parcialmente inconstitucional as normas incompatíveis com a Constituição.
- c) a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade é uma deliberação própria nos casos de controle concentrado das omissões inconstitucionais, quando o afastamento da norma inconstitucional possa gerar o retorno a uma situação mais inconstitucional ainda.
- d) a norma ainda constitucional consubstancia uma situação de inconstitucionalidade superveniente, quando advém uma nova emenda constitucional que torna uma lei ou ato normativo incompatível, ensejando o controle de constitucionalidade.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

A interpretação conforme a constituição é um princípio da hermenêutica constitucional derivado da presunção de constitucionalidade, remetendo ao dever judicial de buscar salvar o texto constitucional quando possível a manutenção de alguma interpretação compatível com a Constituição. A declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução do texto remete não a um problema de interpretação, mas de aplicação inconstitucional da norma, não havendo que se falar em múltiplas interpretações. A hipótese de norma ainda constitucional remete à ausência de circunstâncias fáticas ou jurídicas que implementem um comando constitucional, mantendo-se uma lei ou ato normativo que, embora incompatível com a constituição, permanece sob condição resolutive. O STF não admite a inconstitucionalidade superveniente, realizando-se um controle de recepionalidade.

16. Compete à União legislar privativamente sobre:

- a) propaganda comercial, produção e consumo.
- b) registros públicos e custas dos serviços forenses.
- c) trânsito, transporte e educação para a segurança do trânsito.
- d) nacionalidade, cidadania, naturalização e populações indígenas.

Justificativa: Álisson Melo

CRFB/88, arts. 22, XI, XIII, XIV, XXV e XXIX, 23, XII, e 24, IV e V.

17. Acerca do processo legislativo comum, no âmbito federal, para a aprovação de leis ordinárias e complementares, assinale a alternativa correta:

- a) não existe a previsão de controle preventivo de constitucionalidade durante a tramitação dos projetos de lei, salvo na fase de deliberação executiva, na qual o Presidente da República poderá vetar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional.
- b) o processo legislativo admite o rito ordinário e o rito sumário – este provocado pelo Presidente da República nos projetos de lei de sua iniciativa (art. 64, § 1º) –, devendo todos os projetos de lei ser apreciados pelo plenário das duas casas.
- c) os projetos de lei aprovados pela Casa Revisora com emendas deverão retornar à Casa Iniciadora para apreciação das emendas que, rejeitando-as, submeterá o projeto ao Presidente da República para sanção ou veto.
- d) o veto jurídico do Presidente da República, determinado por razões de inconstitucionalidade, no todo ou em parte, do projeto de lei, somente pode ser derrubado por maioria de três quintos das duas casas do Congresso Nacional.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

O processo legislativo compreende o rito sumaríssimo: em hipóteses específicas, a deliberação do projeto de lei pelas comissões será suficiente para sua aprovação na Casa Legislativa, dispensada a apreciação pelo plenário. Em cada Casa Legislativa, a respectiva Comissão de Constituição e Justiça procede ao controle preventivo de constitucionalidade dos projetos de lei, emitindo parecer determinativo. A Constituição de 1988 adota o bicameralismo simétrico mitigado: a Casa Iniciadora tem prevalência sobre a Revisora para a definição da versão final a ser encaminhada para sanção ou veto do Presidente da República. A Constituição não discrimina a natureza do veto presidencial, podendo ser derrubado por maioria absoluta das duas casas.

18. As comissões parlamentares de inquérito são comissões temporárias das casas legislativas ou mistas, no caso do Congresso Nacional, e, nos termos da Constituição, dotada de “poderes de

investigação próprios das autoridades judiciais” (art. 58, § 3º). No contexto dos poderes da CPI, assinale a alternativa que corresponde a uma determinação possível para a investigação por essas comissões:

- determinar a busca e apreensão de documentos e computadores na residência dos investigados.
- determinar a quebra do sigilo fiscal, bancário e de dados telefônicos dos investigados.
- assinar acordo de delação premiada com os investigados que apresentarem graves indícios de corrupção.
- decretar a indisponibilidade dos bens do investigado que tenha demonstrado o crescimento injustificado de seu patrimônio.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

As CPIs não podem realizar determinações que a Constituição atribuiu exclusivamente ao Poder Judiciário, resguardando-se a reserva de jurisdição, como é o caso do ingresso na casa, que é asilo inviolável, e medidas preventivas, decorrentes do poder geral de cautela. Também não poderia realizar acordo de delação premiada, próprio do Ministério Público, já que seu propósito é apurar fatos e encaminhá-los para as autoridades competentes. Assim, não sendo o caso de interceptação telefônica ou quebra do sigilo de correspondência, as CPIs podem proceder a quebra de dados, fiscais, bancários e telefônicos.

- No dia 16 de fevereiro de 2018, o Presidente Michel Temer expediu o Decreto nº 9.288, que deflagrou intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento de ordem pública, limitada, contudo, à área de segurança pública. Acerca da disciplina constitucional relativa à intervenção da União nos Estados, assinale a alternativa correta acerca da constitucionalidade do Decreto:
 - o decreto é inconstitucional, pois o Presidente da República deveria ter submetido à prévia autorização do Congresso Nacional.
 - o decreto é inconstitucional, porque a hipótese de intervenção indicada – grave comprometimento de ordem pública (art. 34, III) – depende de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido (art. 36, I).
 - o decreto é inconstitucional, pois o Presidente da República não poderia ter especificado a amplitude da intervenção.
 - o decreto é constitucional, obedecendo os limites impostos pelo texto constitucional.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

O decreto de intervenção, na hipótese de grave comprometimento de ordem pública, independe de solicitação, de requisição ou de provimento de

representação pelo Supremo Tribunal Federal, podendo ser deflagrado imediatamente pelo Presidente da República, sem necessidade de prévia oitiva do Conselho da República e do Conselho da Defesa Nacional, nem de prévia autorização do Congresso Nacional, que deverá apreciar no prazo de 24 horas após o decreto. O decreto de intervenção deverá especificar a amplitude da intervenção, podendo restringir-se a determinada área (art. 35, § 1º). Assim, do ponto de vista da Constituição, o decreto foi elaborado dentro dos limites do texto constitucional.

- Aponte um princípio da ordem econômica na Constituição de 1988:
 - livre concorrência.
 - valorização do trabalho humano.
 - justiça social.
 - existência digna.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

- O único item que corresponde a um princípio é a livre concorrência (art. 170, IV); os demais estão previstos no caput, remetendo a fundamentos ou a fins da ordem econômica.

- Sobre os requisitos de validade dos atos administrativos, assinale aqueles que remetem à discricionariedade do administrador público:
 - competência e finalidade.
 - forma e objetivo.
 - objeto e motivo.
 - finalidade e motivação.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

- São requisitos de validade dos atos administrativos, competência, objeto, motivo, forma e finalidade, sendo que competência, forma e finalidade são vinculadas, devem estar previamente definidas em lei. Objeto e motivo do ato administrativo devem coadunam-se com uma margem de liberdade decisória do administrador público, para determinação da conveniência e oportunidade.

- Sobre descentralização e desconcentração, assinale a alternativa correta.
 - na desconcentração, criam-se entidades, que se submetem hierarquicamente à autoridade superior.
 - a criação de Ministérios corresponde a um procedimento de desconcentração, dependendo de lei de iniciativa do Presidente da República.
 - a descentralização implica a criação de órgãos especializados dentro da estrutura administrativa, para a realização de funções específicas.

- d) a descentralização remete à criação de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, o que, em razão disso, não podem sofrer desconcentração ou nova descentralização.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

- Sobre descentralização e desconcentração, assinale a alternativa correta.

- a) na desconcentração, criam-se entidades, que se submetem hierarquicamente à autoridade superior.
b) a criação de Ministérios corresponde a um procedimento de desconcentração, dependendo de lei de iniciativa do Presidente da República.
c) a descentralização implica a criação de órgãos especializados dentro da estrutura administrativa, para a realização de funções específicas.
d) a descentralização remete à criação de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, o que, em razão disso, não podem sofrer desconcentração ou nova descentralização.

23. Na administração pública, a noção de agentes públicos contempla um conjunto de modalidades de participação do cidadão na estrutura do Estado. A esse respeito assinale a situação do cargo que corresponde à modalidade correta.
- a) os agentes políticos são aqueles investidos de poder, como os magistrados.
b) os servidores públicos são os agentes designados para a realização de funções estratégicas do Estado, como os prestadores de serviços públicos.
c) os empregados públicos são agentes regidos pela CLT, podendo ser atribuído tal regime à guarda municipal.
d) os agentes honoríficos são aqueles convocados para prestar serviços por sua condição cívica ou notória capacidade profissional, em razão de múnus público, como o cidadão que integra o Conselho da República.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

- O magistrado, embora exercente de poder, não é possuidor de mandato, e sua investidura depende de prévia aprovação em concurso público, razão pela qual enquadra-se como servidor público. A prestação de serviços públicos não é considerada uma área estratégica, podendo ser prestada por empregados públicos. A guarda municipal, por exercer atividades típicas do poder de polícia, deve integrar uma carreira única de servidores públicos concursados.

24. Acerca da desapropriação e a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) na desapropriação, direta ou indireta, a taxa de juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano.
b) na desapropriação, a correção monetária é devida até a data da sentença judicial, devendo-se proceder à atualização do cálculo.
c) a ação de desapropriação indireta prescreve em 10 (dez) anos.
d) nas ações de desapropriação não se incluem no cálculo da verba advocatícia as parcelas relativas aos juros compensatórios e moratórios.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

- Súmulas 561 e 618 do STF, e Súmulas 119 e 131.

25. As agências reguladoras são autarquias com regime jurídico especial. Assinale a alternativa correta a seu respeito:
- a) as agências reguladoras são dotadas de independência decisória, razão pela qual não se submetem à supervisão ministerial.
b) as agências reguladoras são dotadas de autonomia orçamentária e financeira, não se submetendo ao controle de contas exercido pelo respectivo Tribunal de Contas.
c) as agências reguladoras, como qualquer outra autarquia, são criadas por lei, que define as competências e os limites de sua atuação.
d) as agências reguladoras possuem competência normativa e punitiva, podendo estabelecer normas relativas à previsão de infrações e de penalidades a serem aplicadas aos agentes regulados.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

- A independência decisória das agências reguladoras não retira da Administração Pública direta o poder de supervisão, em relação a questões administrativas e orçamentárias. A autonomia orçamentária e financeira não afasta a submissão ao controle dos tribunais de contas, pois cuida-se ainda de recursos públicos. O poder normativo e punitivo das agências reguladoras não lhes autoriza a criar as penalidades, que devem ter prévia indicação legal.

26. São hipóteses de improbidade administrativa:
- a) atos que atentam contra os princípios da Administração Pública.
b) atos que atentem contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
c) atos que atentem contra a segurança interna do país.
d) atos que atentem contra o cumprimento de leis e das decisões judiciais.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

- A única modalidade prevista na Lei nº 8.429/92 é a situação de atos atentatórios aos princípios da Administração Pública (art. 11), as demais modalidades são hipóteses de cometimento de crime de responsabilidade do Presidente da República, previstos no art. 85 da Constituição.

27. A Constituição de 1988, no art. 37, XXI, exige que as obras, compras e serviços contratados pelo Estado brasileiro sejam precedidas de processo licitatório com ampla participação, ressalvados os casos previstos em lei. A Lei nº 8.666, de 1993, instituiu três modalidades de ressalvas: a licitação dispensada, do art. 17, a dispensa de licitação, do art. 24, e a inexigibilidade de licitação, do art. 25. Assinale a contratação que teria sido celebrada com inexigibilidade de licitação:
- aquisição de um notebook Dell com especificações técnicas para alta performance, no valor de R\$ 7.999,99.
 - assinatura do jornal O Povo.
 - contratação da Fundação Carlos Chagas para a realização do concurso público.
 - contratação da Enel para fornecimento de energia elétrica.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

- A inexigibilidade de licitação distingue-se da dispensa porque naquela a competição é inviável já que não haveria como ocorrer a disputa, enquanto nesta a competição é possível mas o legislador adotou preferências para determinadas situações. São situações de dispensa: na aquisição de bens ou prestação de serviços de até oito mil reais (art. 24, II); na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente do desenvolvimento institucional (art. 24, XIII); e na contratação de fornecimento de energia elétrica com concessionário (art. 24, XXII). A assinatura do jornal O Povo não cabe licitação porque o periódico é único, não sendo possível uma comparação objetiva, e a empresa jornalística é fornecedora exclusiva do periódico.

28. A responsabilidade civil extracontratual do Estado no Direito brasileiro, com assento constitucional, diferencia-se de outras modalidades de responsabilidade. Assinale a alternativa que aponta uma diferenciação.
- a desnecessidade de comprovação de imprudência, imperícia ou negligência.
 - a desnecessidade de comprovação do nexo causal.
 - a impossibilidade de exclusão da responsabilidade por culpa do particular.
 - a impossibilidade de direito de ação de regresso contra o servidor público.

Justificativa: Prof. Álisson Melo

- O efeito decorrente da responsabilidade objetiva do Estado é a desnecessidade de comprovação de dolo ou culpa.

29. Tito foi abordado por um assaltante que, usando uma arma de fogo para intimidação, exigiu que lhe entregasse todos os seus pertences. Tito reagiu, tentando tomar a arma do agressor, mas este disparou o revólver várias vezes, acertando Tito no tórax e na cabeça. Tito morreu, e o assaltante, assustado, fugiu sem levar nada. Sobre a situação narrada, e tendo em vista a jurisprudência dos tribunais superiores, marque a opção correta quanto ao caso narrado:
- Tito foi vítima do crime de latrocínio na forma consumada.
 - Tito foi vítima do crime de latrocínio na forma tentada.
 - Houve dois crimes: furto tentado e homicídio consumado.
 - Houve dois crimes: roubo tentado e homicídio consumado.

Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno

- Segundo o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (Súm. 610), o crime de latrocínio se consuma com a morte da vítima, ainda que o agente não consiga subtrair os bens dela.

30. José, valendo-se de sua conta no Facebook, publicou declaração de natureza discriminatória em relação aos homossexuais, de forma genérica, sem ofender uma pessoa específica. No caso, ocorreu:
- crime de injúria simples.
 - crime de injúria qualificada pela discriminação.
 - crime de racismo.
 - conduta penalmente atípica.

Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno

- O crime de injúria (Código Penal, art. 140) somente se configura se houver uma ofensa pessoal e direcionada a uma vítima específica – ou a vítimas específicas. Na lei que regula a repressão penal ao racismo (Lei n. 7.716/89) não há referência à discriminação relacionada à orientação sexual da vítima, mas apenas ofensas relacionadas à cor, raça, etnia, religião ou procedência nacional. Na verdade, não há na legislação brasileira tipificação penal para declarações ofensivas genéricas como a descrita no enunciado.

31. O Presidente da República, diante da nova onda de protestos de “Fora Presidente” e “O Povo na Rua”, decide, por meio de medida provisória, criar um

novo tipo penal para coibir os atos de vandalismo. A medida provisória foi convertida em lei, sem impugnações.

Com base nos dados fornecidos, assinale a opção correta.

- Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, quando convertida em lei.
- Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, pois houve avaliação prévia do Congresso Nacional.
- Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não é possível a criação de tipos penais por meio de medida provisória.
- Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não cabe ao Presidente da República a iniciativa de lei em matéria penal.

Justificativa: Prof. Mário Albuquerque

- Trata-se da aplicação do art. 22, I, da CF e do art. 1º do CP, relativo a reserva legal.

32. Rian, holandês e usuário de maconha, que nunca antes havia feito uma viagem internacional, veio ao Brasil para o Carnaval. Assistindo aos Desfiles das Escolas de Samba decidiu, diante da animação, fumar um cigarro de maconha nas arquibancadas. Imediatamente, os policiais militares de plantão o prenderam e o conduziram à Delegacia de Polícia. Diante do Delegado de Polícia, Rian, completamente assustado, afirma que não sabia que no Brasil a utilização de pequena quantidade de maconha era proibida, pois, no seu país, é um hábito assistir a festas fumando maconha.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a opção que apresenta a principal tese defensiva.

- Rian está em erro de tipo essencial escusável, razão pela qual deve ser absolvido.
- Rian está em erro de proibição direto inevitável, razão pela qual deve ser isento de pena.
- Rian está em erro de tipo permissivo escusável, razão pela qual deve ser punido pelo crime culposos.
- Rian está em erro de proibição, que importa em crime impossível, razão pela qual deve ser absolvido.

Justificativa: Prof. Mário Albuquerque

- Trata-se da previsão do art. 21 do Código Penal – Erro de Proibição, que o isenta da pena.

33. Maria, mãe da adolescente Clara, de 11 anos de idade, saiu um pouco mais cedo do trabalho e, ao chegar à sua casa, da janela da sala, vê seu

companheiro, Raimundo, mantendo relações sexuais com sua filha no sofá. Chocada com a cena, não teve qualquer reação. Não tendo sido vista por ambos, Maria decidiu, a partir de então, chegar à sua residência naquele mesmo horário e verificou que o fato se repetia por semanas. Maria tinha efetiva ciência dos abusos perpetrados por Raimundo, porém, muito apaixonada por ele, nada fez. Assim, Maria, sabendo dos abusos cometidos por seu companheiro contra sua filha, deixa de agir para impedi-los.

Nesse caso, é correto afirmar que o crime cometido por Maria é:

- omissivo impróprio.
- omissivo próprio.
- comissivo.
- omissivo por comissão.

Justificativa: Prof. Mário Albuquerque

- Aplicação do art. 13, parágrafo 2º do Código Penal.

34. Considere a seguinte situação hipotética: Facebookson Trump praticou conduta considerada criminosa em 10.08.2016. Por meio de lei ordinária, a pena do crime foi aumentada em 10.08.2017.

A referida lei posterior não será aplicada ao caso com base no princípio:

- Da irretroatividade da lei penal
- Da transcendência social
- Da insignificância
- Da alteridade

Justificativa: Prof. Alécio Saraiva

- República Federativa do Brasil: “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”.

No caso concreto, após a prática da conduta criminosa, ocorreu o aumento da pena que não poderá ser aplicado, com fundamento no princípio da irretroatividade.

35. Macunaíma, 17 anos, matou Heliogábalos, sem nenhum motivo. De acordo com a Teoria do Direito Penal, a idade de Macunaíma torna-o inimputável, excluindo a:

- Tipicidade
- Punibilidade
- Culpabilidade
- Antijuridicidade

Justificativa: Prof. Alécio Saraiva

- O conceito analítico de crime traz a tipicidade, a ilicitude e a culpabilidade (pressuposto da pena para alguns doutrinadores) como os elementos do

crime. Por sua vez, o juízo de reprovação social é exercido sobre o autor, quando são analisadas suas condições pessoais, sendo a menoridade (Sistema biológico) uma das causas de imputabilidade, que afasta a culpabilidade composta de imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa.

36. José está sendo condenado hoje pelo crime de furto qualificado ocorrido em janeiro de 2015. José tem em seu histórico duas “passagens pela polícia” (boletins de ocorrência e inquéritos policiais contra ele), por roubo (junho de 2008) e porte ilegal de arma de fogo (março de 2014), bem como consta como réu em outro processo por crime de furto qualificado ocorrido em março de 2009 (nesse processo, já foi condenado em primeira instância em novembro de 2011, mantida a condenação em segunda instância em junho de 2014, mas ainda hoje aguarda o julgamento de um recurso especial apresentado ao Superior Tribunal de Justiça, de modo que a condenação ainda não transitou em julgado). Nesse segundo processo por furto qualificado, José confessou o crime, tanto perante a autoridade policial quanto perante o juiz que preside a ação penal. Sobre o caso, assinale a opção correta:

- a) Segundo o Código Penal brasileiro, José é reincidente.
- b) Segundo o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os inquéritos policiais e a ação penal em curso podem ser utilizadas na dosimetria da pena para afastar a pena-base do mínimo, tendo em vista que configuram “maus antecedentes”.
- c) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), se a pena-base for aplicada no mínimo, a confissão espontânea de José, que configura circunstância atenuante, deve reduzir a pena, ainda que fique abaixo do mínimo legal.
- d) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), José não deve ser considerado portador de “maus antecedentes”.

Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno

- Segundo o Código Penal brasileiro e o Superior Tribunal de Justiça, tanto a “reincidência” quanto a configuração de “maus antecedentes” exigem condenação definitiva por crime anterior. Conferir súmula n. 444 do Superior Tribunal de Justiça.

37. No processo penal brasileiro todos os recursos serão voluntários, exceto aqueles quando interpostos, de ofício, pelo juiz, contra:

- a) Sentença de absolvição sumária, proferida quando reconhecida a existência manifesta de causa excludente de ilicitude do fato;

- b) Decisão que reconhece ser o fato imputado ao réu penalmente atípico;
- c) Sentença que conceder habeas corpus, ou absolver desde logo o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena, nos termos do art. 411;
- d) Decisão que declara extinta a punibilidade do agente, nas hipóteses do art. 107 do CPB.

Justificativa: Prof. Magno Oliveira

- A alternativa correta é a letra “C”, por dicção expressa do art. 574 do CPP, eis que as demais hipóteses ensejam absolvição sumária, nos ritos comuns ordinário e sumário, mas não exigem do juiz recurso de ofício contra sua própria sentença.

38. Considerando que, segundo o art. 563 do CPP, nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa, aponte, dentre as hipóteses abaixo qual a única que configura nulidade absoluta:

- a) A ausência do Ministério Público que, previamente intimado, deixou de comparecer à audiência instrutória de que trata o art. 400 do CPP.
- b) A intimação por edital do acusado revel, para a sessão de julgamento do Tribunal do Júri.
- c) A inversão da ordem das perguntas às testemunhas do rol ministerial, caso elas seja inquiridas primeiramente pelo juiz, e somente então pelas partes.
- d) Sessão de julgamento do Tribunal de Júri realizada após sorteio com a presença mínima de jurados correspondentes ao dobro do Conselho de Sentença.

Justificativa: Prof. Magno Oliveira

- A alternativa correta é a letra “C”, seja porque assim dispõe o art. 564, inciso III, alínea “i” do CPP, seja porque a jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que o sorteio do Conselho de Sentença exige a presença mínima de 15 (quinze) jurados, ao passo que o dobro da composição do Conselho de Sentença corresponderia a apenas 14 (quatorze) jurados.

39. Relativamente à decretação de prisão preventiva no curso do processo, ou imposição das medidas cautelares de que trata o art. 319 do CPP, qual a única alternativa correta:

- a) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.
- b) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 75 (setenta e cinco) anos.
- c) A proibição de ausentar-se do país será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas

de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

- d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado praticar nova infração penal, ainda que culposa.

Justificativa: Prof. Magno Oliveira

- A alternativa correta é aquela constante da letra "A", nos moldes do art. 322 do CPP. Incorretas todas as demais alternativas porque: O prazo para comunicação de que trata a alternativa "A" é de 24hs; A substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar se aplica aos réus maiores de 80 (oitenta) anos, nos termos do art. 318, inciso I do CPP; A fiança será reputada quebrada nas hipóteses dos arts. 327 e 328 do CPP, as quais não incluem o cometimento de infração penal culposa; A situação econômica do preso poderá justificar a dispensa da fiança (CPP, art. 350), sua redução em até 2/3 (dois terços), assim como também sua majoração em até 1000 (mil) vezes, nos termos do art. 325, §1º, inciso III do CPP.

40. Marlon, Wellington e Vitor foram denunciados pela prática de um crime de lesão corporal dolosa gravíssima em concurso de agentes. Após o recebimento da denúncia, o oficial de justiça compareceu ao endereço indicado no processo como sendo de residência de Marlon, mas não o encontrou, tendo em vista que estava preso, naquela mesma unidade da Federação, por decisão oriunda de outro processo. Marlon, então, foi citado por edital. Wellington, por sua vez, estava em local incerto e não sabido, sendo também citado por edital. Em relação a Vitor, o oficial de justiça foi à sua residência em quatro oportunidades, constatando que ele, de fato, residia no local, mas que estava se ocultando para não ser citado. Após certificar-se de tal fato, foi realizada a citação de Vitor com hora certa. Considerando a hipótese narrada, o(a) advogado(a) dos acusados deverá alegar ter sido inválida a citação de

- a) Marlon, apenas.
b) Marlon e Vitor, apenas.
c) Vitor, apenas.
d) Marlon, Wellington e Vitor.

Justificativa: Prof. Magno Oliveira

- Correta é a alternativa "A" porque estando o réu preso na mesma unidade da federação, ainda que por ordem de outro juízo, caberia a juízo natural da causa esgotar todas as providências em busca de citá-lo pessoalmente, inclusive por determinação expressa do art. 360 do CPP. Quanto ao réu Wellington, estando ele em local incerto e não sabido é legalmente admissível sua citação

editálicia, nos moldes do art. 361 do CPP. Da mesma forma, o réu que se oculta para não receber a citação por edital, pode ser citado por hora certa, tal como permitido no art. 355, §2º do CPP.

41. Valdigeison e Marcos foram denunciados por roubo triplamente majorado praticado em Caucaia, isto porque na noite de 28.09.2017, ambos os réus, na companhia de um comparsa menor cometeram crime de roubo contra as vítimas Aline e seus pais Catarina e Adalberto, precisamente quando as vítimas chegava em casa e colocava o veículo dentro da garagem. Sucede que naquela mesma noite foram apreendidos em poder dos réus documentos pessoais e utensílios domésticos provenientes de outro roubo por eles praticado em Fortaleza, no Bairro Montese, na noite de 22.08.2017, ocasião em que as vítimas Josué e Gabriel foram abordados e rendidos à noite quando chegavam e casa e colocavam o veículo na garagem. Ante tais circunstâncias, é correto afirmar que o juízo competente para apurar o crime ocorrido em 22.08.2017 será:

- a) Um das varas criminais da Comarca de Fortaleza, por ser o local do crime;
b) O Juizado Especial Criminal do Bairro Montese, o qual detém competência territorial em matéria penal naquele território;
c) O juízo criminal que recebeu o inquérito policial no qual foram descobertos ambos os delitos;
d) O juízo criminal de Caucaia que recebeu a denúncia ministerial pelo crime praticado em 28.09.2017.

Justificativa: Prof. Magno Oliveira

- A alternativa correta é a letra "D" porque há evidente conexão entre o roubo do dia 28.09.2017, praticado em Caucaia, e o delito posterior perpetrado na noite de 22.08.2017, em Fortaleza. No caso em exame se verifica a incidência do art. 76, inciso III do CPP, segundo o qual a competência será determinada pela conexão quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

42. Sérgio foi autor de um crime de homicídio doloso consumado em desfavor de William. Após a denúncia e ao fim da primeira fase do procedimento bifásico dos crimes dolosos contra a vida, Sérgio foi pronunciado. Inconformado, o advogado do acusado interpôs o recurso cabível, mas o juiz de primeira instância, ao realizar o primeiro juízo de admissibilidade, negou seguimento ao recurso. Novamente inconformado com a decisão, o defensor de Sérgio impetrou nova medida.

Considerando a situação narrada, assinale a opção que indica o recurso interposto da decisão de pronúncia e a medida para combater a decisão que denegou o recurso anterior, respetivamente.

- a) Apelação e Recurso em Sentido Estrito.
- b) Recurso em Sentido Estrito e novo Recurso em Sentido Estrito.
- c) Recurso em Sentido Estrito e Carta Testemunhável.
- d) Apelação e Carta Testemunhável.

Justificativa: Prof. Magno Oliveira

- A resposta correta corresponde à alternativa "C" porque o único recurso cabível contra a decisão de pronúncia é o recurso em sentido estrito, tal como dispõe o art. 581, IV do CPP. Por outro lado, havendo negativa de remessa do recurso principal à superior instância, será cabível a Carta Testemunhável, por força do disposto no art. 639, inciso II do CPP.

43. Camilo teve contra si lavrado um TCO por suposta infração ao art. 129, caput do CPB, e na esfera policial a vítima ofertou a competente representação criminal. Remetido o TCO ao competente Juizado Especial Criminal, o Ministério Público propôs transação penal e especificou em sua proposta que o infrator deveria prestar serviços comunitários gratuitos, por 06 (seis) meses, em favor de entidade filantrópica identificada na ata da audiência. O autor do fato aceitou a oferta ministerial, sob a orientação de seu advogado, e ato contínuo houve a homologação judicial, nos moldes do art. 76, §4º da Lei nº 9.099/95. Todavia, o autor do fato não procedeu ao pagamento da prestação pecuniária no prazo ajustado. Diante disso, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz deve ordenar a intimação pessoal do autor do fato para supra sua omissão, em 72hs, sob pena de condenação ao cumprimento compulsório da pena alternativa já especificada na proposta ministerial de transação penal.
- b) O juiz deve ordenar a remessa dos autos ao Ministério Público para que possa ofertar denúncia contra o autor do fato.
- c) O juiz da causa nada poderá fazer porque a sentença por meio da qual homologou a transação penal é reputada condenatória imprópria, e eventual execução da pena alternativa deverá ser reclamada pelo Ministério Público.
- d) O autor da infração penal está sujeito a sofrer prisão preventiva, como forma de garantir a aplicação da lei penal, tal como previsto no art. 312 do CPP.

Justificativa:

- Questão Anulada pela Comissão.

44. Carolina e Brenda entram em luta corporal em razão da disputa por um namorado, vindo Carolina a desferir uma facada no pé da rival, que sofreu lesões graves. Brenda compareceu em sede policial, narrou o ocorrido e disse ter intenção de ver a agente responsabilizada criminalmente. Em razão dos fatos, Carolina é denunciada e pronunciada pela prática do crime de tentativa de homicídio. Em sessão plenária do Tribunal do Júri, os jurados entendem, no momento de responder aos quesitos, que Carolina foi autora da facada, mas que não houve dolo de matar. Diante da desclassificação, será competente para julgamento do crime residual, bem como da avaliação do cabimento dos institutos despenalizadores,

- a) o Juiz Presidente do Tribunal do Júri.
- b) o corpo de jurados, que decidiu pela desclassificação.
- c) o Juiz Criminal da Comarca, a partir de livre distribuição.
- d) o Juiz em atuação perante o Juizado Especial Criminal da Comarca em que ocorreram os fatos.

Justificativa: Prof. Magno Oliveira

- A alternativa correta é a letra "A", eis que a desclassificação somente gera a remessa dos autos a outro juízo diverso, caso seja uma decisão monocrática do juiz presidente do Tribunal do Júri, ainda na primeira fase daquele rito específico, tudo por dicção expressa do art. 74, §2º do CPP. Sendo a desclassificação uma decisão soberana do Conselho de Sentença, a respectiva sentença condenatória será de competência privativa do Juiz Togado, nos moldes do art. 492, §1º do CPP.

45. Com base nas novas regras da Reforma trabalhista, arts. 611-A e 611-B, o Sindicato da categoria profissional fez assembleia, cuja ata permite o desconto de contribuição sindical na folha de pagamento, ata assinada pelos presentes à assembleia, que somavam média em torno de 65% da categoria sindicalizada. Após, em reunião de negociação coletiva, a CCT aprovou tal cláusula, estando expresso na CCT o desconto que as empresas devem fazer nos contracheques dos funcionários sindicalizados e repassar ao sindicato laboral, a título de contribuição sindical. Sendo assim, assinale o que for correto:

- a) O desconto é ilegal e fere a Lei 13467/2017, segundo as últimas decisões da justiça do trabalho.
- b) O Sindicato não tem essa prerrogativa, segunda a Reforma Trabalhista.
- c) A Reforma é inconstitucional e não poderia ter alterado o caráter da contribuição.
- d) A medida adotada está de acordo com a Reforma Trabalhista, em especial o que prevê o art. 611 – A e o art. 611 – B, XXVI.

Justificativa: Prof. Pascarelli

- De acordo com os artigos mencionados na questão – lei 13467/2017.

46. Trabalhador, de forma coletiva e pacífica, inicia a greve, deixando de ir trabalhar após pré avisar a empresa, por meio do sindicato da categoria profissional. A ausência do trabalhador gera prejuízos ao empregador, por ser atividade essencial. A categoria não está toda paralisada, respeitando o mínimo da atividade. Mesmo assim, o empregador decide demitir o trabalhador grevista, sendo essa atitude do empregador:
- Aceita em lei, pelos prejuízos causados, como ilicitude da greve.
 - Não permitida, por ser vedação expressa na Lei de greve.
 - Não permitida pois o trabalhador tem estabilidade provisória na greve.
 - Aceita, visto que a lei de greve não estabelece um mínimo de manutenção das atividades essenciais paralisadas.

Justificativa: Prof. Pascarelli

- De acordo com o próprio texto da lei 7783/1989.

47. Antônio Paulo, gerente geral de uma agência bancária, não vem consignando no registro eletrônico de ponto, seus horários de entrada e saída. Tal empregado encontra-se dispensado daquela obrigação pela letra do art. 62, II, da CLT. Em relação ao caso, é correto afirmar que:
- O empregado nunca poderá pleitear o pagamento de horas extras, apenas o cumprimento do intervalo.
 - O empregado poderá pleitear o pagamento de horas extras, quando for o caso. Só não terá direito ao gozo de intervalos.
 - O empregado não terá direito ao gozo de intervalos nem do repouso semanal.
 - Seu direito ao gozo do repouso semanal permanecerá garantido.

Justificativa: Prof. Pedro Jairo

- A Lei 605/49 não faz qualquer exclusão. E o art. 62 da CLT exclui apenas a aplicação do capítulo da duração do trabalho.

48. Felipe, aprendiz de auxiliar administrativo, possui 17 anos. Por motivo de força maior, o empregador convocou todos os empregados a prorrogarem sua jornada em determinado dia. Neste caso, é certo afirmar que:
- O aprendiz menor só poderá prorrogar se houver negociação coletiva amparando tal prorrogação.

- O aprendiz terá que atender à convocação, diante da necessidade imperiosa.
- O aprendiz, independentemente da idade, nunca poderá prorrogar sua jornada.
- Só o aprendiz maior de 18 anos poderia prorrogar sua jornada, neste caso.

Justificativa: Prof. Pedro Jairo

- Art. 432, CLT.

49. Marcos Augusto é comissionista puro, recebendo seu salário na base de 2% sobre as vendas efetuadas. Além disso, recebe também uma gratificação mensal ajustada de R\$ 200,00. Com base nestes dados, é correto afirmar que:
- Se seu contrato for de prazo indeterminado, receberá sua gratificação natalina pela média de seu salário, incluído o valor do repouso semanal remunerado e excluído o valor da gratificação ajustada.
 - Se contratado como intermitente, receberá sua gratificação natalina apenas em dezembro de cada ano.
 - Se contratado por experiência, ao final do contrato receberá sua gratificação natalina com base em sua remuneração, incluída a gratificação habitual.
 - Se temporário, por ser regido por lei específica, não fará jus às férias proporcionais.

Justificativa: Prof. Pedro Jairo

- Art. 457, § 1º, CLT (apenas gratificações legais possuem natureza salarial).

50. José de Alencar, vendedor em loja de confecções, solicitou ao empregador Marcelo, dez dias antes do término do respectivo período aquisitivo, a conversão de 1/3 do período de férias em abono pecuniário. Por sua vez, em momento posterior e com antecedência de sessenta dias, Marcelo informou a José a respeito do período designado para o respectivo gozo de férias. O pagamento de férias acrescidas do terço constitucional foi efetuado ao trabalhador no primeiro dia após o início das férias. Marcelo não pagou o abono pecuniário, por entender indevida no caso concreto a conversão parcial, diante da data de solicitação da providência. Considere que, durante o período aquisitivo, José havia faltado sete vezes ao serviço, de forma injustificada, tendo havido desconto salarial. Além disso, no mesmo período aquisitivo, José ausentou-se do trabalho, de modo justificado, por vinte e quatro dias não consecutivos. Nesta situação hipotética,
- Nada impede que o início das férias ocorra na véspera de um feriado ou dia de repouso semanal remunerado, salvo se estiver previsto no acordo ou convenção coletiva.

- b) José tem direito à conversão de 1/3 do período das férias em abono pecuniário, razão pela qual a falta de pagamento do abono gera o direito à remuneração das férias em dobro, incluído o terço constitucional.
- c) José faz jus ao gozo e remuneração de trinta dias de férias, acrescidas do terço constitucional, mas não à conversão de 1/3 do período de férias em abono pecuniário.
- d) é devido a José o pagamento em dobro da remuneração de férias de vinte e quatro dias, incluído o terço constitucional, por ter sido realizada a quitação pelo empregador fora do prazo legal.

Justificativa: Prof. Paulo Rogério

- Questão adaptada do concurso nacional para magistratura do trabalho. A em remuneração dobro será devida porque o pagamento foi efetuado no primeiro dia após o início das férias, que será de 24 dias em razão das 07 faltas injustificadas (art. 130 da CLT)

51. Vulcano trabalhou na residência de Medusa, na guarita instalada na parte interna da casa, desde janeiro de 2000. Em outubro de 2016, a sua esposa Atena foi contratada para as funções de cuidadora da mãe de Medusa pelo regime de tempo parcial. Vulcano trabalhava oito horas ao dia, com duas folgas semanais, e Atena laborava no módulo semanal de vinte horas. Eram fornecidas refeições, moradia e plano de assistência médica, sendo efetuados os respectivos descontos no salário dos empregados. Medusa recolhia apenas o FGTS de Atena, não depositando o de Vulcano, mesmo depois de outubro de 2015, porque ele não estava incluído no sistema desde o início da contratação. Por ocasião do nascimento do seu filho, Vulcano deixou de trabalhar por cinco dias. Considere a situação hipotética e as assertivas a seguir apresentadas, à luz da legislação aplicável:
- a) Atena, ainda que contratada pelo regime de tempo parcial, poderia laborar uma hora extra diária, mediante acordo escrito firmado com sua empregadora Medusa, e teria direito a férias anuais remuneradas na proporção de quatorze dias corridos.
- b) A ausência de Vulcano pelo nascimento do filho pode ser considerada falta injustificada, porque o trabalhador doméstico não faz jus à licença paternidade, sendo devida apenas a licença maternidade à empregada doméstica.
- c) O desconto com moradia seria possível, caso se referisse a local diverso da residência em que ocorria a prestação de serviço, desde que expressamente acordado entre as partes.

- d) O desconto com plano de assistência médica seria possível, caso houvesse acordo escrito e não ultrapassasse 20% do salário.

Justificativa: Prof. Paulo Rogério

- A licença-paternidade é devida ao doméstico, conforme art. 7º § único da CF/88.

52. Leia a reportagem :

A atual paralisação no transporte rodoviário brasileiro é um momento que ilustra como, no setor, os interesses de trabalhadores e das empresas podem se alinhar. No momento em que uma crise afeta simultaneamente o faturamento de transportadoras e a renda de trabalhadores autônomos, demandas como o reajuste no preço do frete e a redução nos valores dos combustíveis podem facilmente se tornar pauta comum das duas partes.

Ao lado da fragilidade política do governo, essa particularidade explica por que, na avaliação do sociólogo do trabalho Ricardo Antunes, professor do IFCH/Unicamp, os cinco dias de paralisações que tomaram praticamente todos os Estados do país são uma mistura de greve e locaute (quando há influência ou apoio das empresas).

Na quinta-feira, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, chegou a afirmar que há indícios de locaute. A Polícia Federal anunciou o início de uma investigação sobre a possível participação de empresas na paralisação.

A situação não é exclusiva do Brasil: aconteceu nos Estados Unidos nos anos 1970, quando a crise do petróleo fez explodirem os preços dos combustíveis, e no Chile, na mesma década, no movimento que culminou com a derrubada do governo de Salvador Allende, exemplifica o especialista, que foi professor visitante na Universidade Ca'Foscari, na Itália, e na Universidade de Sussex, na Inglaterra.

Nas últimas décadas, a automatização dos sistemas produtivos e a tendência de avanço da terceirização tirou poder de barganha de muitas categorias tradicionalmente organizadas, como a dos bancários. Os caminhoneiros, contudo, não passaram pelo mesmo processo de "mudança profunda" que diminuiu o poder dos movimentos sindicais.

"Eles vivem uma situação ainda muito parecida com a que viviam em décadas anteriores - ou eu tenho caminhão e preciso mantê-lo, ou sou empregado de uma empresa que tem caminhão e presta serviços."

Fonte: <https://www.terra.com.br>

Assinale a assertiva correta:

- a) A Constituição Federal de 1988 inovou ao trazer princípios básicos de organização sindical que não estavam presentes nas Cartas Magnas de 1937 e 1967, como a unicidade sindical compulsória por

categoria profissional ou econômica e a contribuição sindical obrigatória às empresas e aos trabalhadores.

- b) tratando-se de um direito fundamental de caráter coletivo, compete aos sindicatos das respectivas categorias econômica ou profissional a decisão sobre o momento conveniente para deflagrar greve ou locaute, assim como para definir os interesses que devam ser defendidos.
- c) a iniciativa da instauração do dissídio coletivo de uma greve é exclusiva do Ministério Público do Trabalho, cabendo ao Tribunal do Trabalho decidir sobre o exercício abusivo ou não do direito de greve.
- d) Tecnicamente, o caso em comento não é de locaute porque a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados.

Justificativa:

- Questão Anulada pela Comissão.

53. João Antônio, empresário do tipo MEI, foi condenado em reclamação trabalhista a pagar dez mil reais a Alfredo, seu empregado. Com sentença proferida em audiência UNA, ocorrida em 30.05.2018, para o recurso cabível deve ser observado:

- a) A devolutividade ampla é características de todos os recursos em matéria trabalhista.
- b) O depósito recursal segue a tabela do TST, devendo ser feito em conta vinculada ao juízo, no prazo máximo de 8 dias úteis.
- c) O depósito recursal moderno é realizado diretamente em conta vinculada ao juízo e terá seu valor reduzido pela metade, nesse caso.
- d) O depósito recursal deve ser feito por meio da GFIP.

Justificativa: Prof. Pascarelli

- Texto da reforma trabalhista, art. 899 e parágrafos da CLT.

54. Em sede de Reclamação Trabalhista, a trabalhadora Maria requereu, dentre outros pedidos, a inserção no programa de seguro desemprego e pagamento das parcelas correspondentes, visto que fora demitida e tem o prazo mínimo legal de trabalho efetivo para tanto. A Juíza de piso negou pedido, alegando emprego da trabalhadora, conquistados mais de um ano após sua demissão. A reclamatória levou 1,5 anos para ser julgada. Com Recurso Ordinário julgado pelo TRT correspondente, a sentença foi integralmente mantida, sendo desconsiderados os argumentos da trabalhadora. Sucumbente, a trabalhadora ainda pode recorrer, observando:

- a) A presença obrigatória no recurso de argumentos sobre prequestionamento e transcendência, que passou a ser obrigatória no formato da Reforma Trabalhista.
- b) Pagando depósito recursal, mesmo sendo beneficiária da justiça gratuita, visto a sucumbência.
- c) Via agravo de petição.
- d) Utilizando-se dos mecanismos do agravo de instrumento, visto a decisão proferida pelo Acórdão do TRT ser considerada interlocutória.

Justificativa: Prof. Pascarelli

- Texto da reforma trabalhista, art. 896, 896 A da CLT.

55. Com a sentença transitada em julgado e, especialmente, aberta a execução com a devida intimação do devedor a pagar, este último permanece inerte. Então, o credor requer ao Juízo o encaminhamento a protesto da sentença. Tal pedido:

- a) Deve ser atendido pelo Juízo, devida à inação do devedor.
- b) Se atendido, depende do transcurso do prazo de 15 dias da intimação para o executado pagar a dívida integral.
- c) Depende da liberação do depósito recursal feito pelo executado, em benefício do exequente.
- d) Pode ser atendido, passados 45 dias da citação do executado, que não ofertou garantia do juízo.

Justificativa: Prof. Pascarelli

- Texto da reforma trabalhista, art. 883-A da CLT.

56. Entidade de auxílio às crianças carentes, sem finalidade lucrativa alguma, precisa embargar execução trabalhista. Nesse caso:

- a) Os embargos seguem o rito normal da CLT, com garantia do juízo.
- b) Para tanto, não deve usar os embargos à execução e sim o agravo de petição.
- c) Os embargos à execução independem de garantia do juízo ou penhora.
- d) Devem ser apresentados diretamente no TRT competente.

Justificativa: Prof. Pascarelli

- Texto da reforma trabalhista, art. 884, § 6º da CLT.

57. O Ministério Público do Trabalho instaurou inquérito civil no Município de Juazeiro do Norte-CE (7a Região) para apurar lesões coletivas trabalhistas. No curso desse inquérito, verificou-se que a lesão ocorria também na cidade próxima de Salgueiro-PE (6a Região), localidade onde inclusive se estabelecia a sede da empresa. Segundo a

jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- A ação civil pública deverá ser ajuizada em Juazeiro, exclusivamente, pois houve a fixação da competência com a instauração do inquérito civil.
- A ação civil pública deverá ser ajuizada em Salgueiro, exclusivamente, pois a lesão emana da sede da empresa, por ser o centro de decisão de onde são emitidas as orientações para a filial, caracterizando-se como local da lesão.
- A ação deverá ser ajuizada em Salgueiro ou Juazeiro, estando prevento o Juízo para o qual a ação for primeiro distribuída.
- Como o dano alcança mais de um Tribunal Regional do Trabalho, a ação deverá ser proposta em uma das Varas do Trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho da 7ª Região (Fortaleza), da 6ª Região (Recife) ou do Distrito Federal, estando prevento o Juízo para o qual a ação for primeiro distribuída.

Justificativa: Prof. Paulo Rogério

- Conforme o entendimento do TST (OJ 130 SDI-2), em caso de dano de abrangência regional, que atinja cidades sujeitas à jurisdição de mais de uma Vara do Trabalho, a competência será de qualquer das varas das localidades atingidas, ainda que vinculadas a Tribunais Regionais do Trabalho distintos, ou seja, Salgueiro ou Juazeiro.

58. Observe as seguintes decisões :

Decisão 1 :

RECURSO DE REVISTA. ARBITRAGEM. RELAÇÕES INDIVIDUAIS DE TRABALHO. INAPLICABILIDADE. As fórmulas de solução de conflitos, no âmbito do Direito Individual do Trabalho, submetem-se, é claro, aos princípios nucleares desse segmento especial do Direito, sob pena de a mesma ordem jurídica ter criado mecanismo de invalidação de todo um estuário jurídico-cultural tido como fundamental por ela mesma. Nessa linha, é desnecessário lembrar a absoluta prevalência que a Carta Magna confere à pessoa humana, à sua dignidade no plano social, em que se insere o trabalho, e a absoluta preponderância deste no quadro de valores, princípios e regras imantados pela mesma Constituição. Assim, a arbitragem é instituto pertinente e recomendável para outros campos normativos (Direito Empresarial, Civil, Internacional, etc.), em que há razoável equivalência de poder entre as envolvidas, mostrando-se, contudo, sem adequação, segurança, proporcionalidade e razoabilidade, além de conveniência, no que diz respeito ao âmbito das relações individuais laborativas. Recurso de revista não conhecido (TST-RR 192700-74.2007.5.02.0002, j. 19.05.2010, Rel. Min.

Mauricio Godinho Delgado, 6ª T., DEJT 28.05.2010).

Decisão 2:



JUÍZO ARBITRAL NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS. SENTENÇA ARBITRAL. COISA JULGADA. Cumpridas todas as exigências legais, e desde que respeitadas as garantias mínimas previstas no ordenamento jurídico trabalhista, é possível a solução dos conflitos individuais trabalhistas pela utilização da arbitragem, ainda mais quando assistido o reclamante pelo sindicato, ou quando houver norma coletiva dispondo a respeito. Todavia, até que a matéria seja amadurecida no âmbito das relações laborais, entendo, por enquanto, que a sentença arbitral não pode fazer coisa julgada no processo do trabalho, devido, principalmente, ao princípio da irrenunciabilidade dos direitos laborais, dependendo cada caso dos seus contornos fáticos e jurídicos, cabendo ao magistrado dar-lhe o valor que entender devido, como equivalente jurisdicional de solução dos conflitos. (TRT/3ª Região. RO 14832/2001, Rel. Juiz Maurílio Brasil, 1ª T, j. 25.2.2002, DJMG 8.3.2002).

Diante das decisões e de acordo com a Reforma Trabalhista, assinale a assertiva correta :

- As duas decisões possuem o mesmo teor e não estão de acordo com a atual regulação trabalhista após a Reforma
- A decisão 01 está em desacordo com o atual regramento sobre a matéria. Nos contratos individuais de trabalho poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa. Essa possibilidade será possível para os casos em que a remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- A decisão 02 precisaria ser revista se comparada com o atual regramento estabelecido pela Reforma Trabalhista
- Qualquer tipo de arbitragem em matéria trabalhista sempre foi proibida no ordenamento brasileiro. Com a Reforma Trabalhista, a arbitragem passou a ser permitida.

Justificativa: Prof. Paulo Rogério

- Já era possível arbitragem no sistema brasileiro, por expressa previsão constitucional (art. 114-I) para dissídios coletivos. Com a Reforma, o art. 507-A da CLT permitiu arbitragem no âmbito individual.

59. Sobre honorários advocatícios na justiça do trabalho, assinale a assertiva incorreta conforme a Reforma Trabalhista:  

- a) Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- b) Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.
- c) Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.
- d) Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte, concomitantemente estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo.

Justificativa: Prof. Paulo Rogério

- Questão visa apenas avaliar atualização do aluno acerca do atual regramento do art 791-A da CLT entrando em conflito com a tradicional S. 219 do TST.

60. No dia 07 de junho de 2018, compareceram à audiência inaugural trabalhista, em um processo de litisconsórcio passivo: o empregado, o preposto da primeira reclamada e o advogado da segunda reclamada. O advogado do reclamante requereu ao juiz a declaração de revelia do primeiro reclamado, visto que este não era empregado da empresa reclamada. O preposto da primeira reclamada apresentou a carta de preposição e confirmou que não possuía vínculo empregatício com a referida reclamada. A segunda reclamada não estava presente.

Na qualidade de juiz do trabalho, diante do exposto, assinale a assertiva correta :

- a) O reclamante está correto visto que o preposto do reclamado deve ser empregado dele, salvo se este for uma microempresa, empresa de pequeno porte.
- b) O preposto da empresa não precisa ser empregado da parte reclamada, basta ter a carta de preposição, independentemente de ter conhecimento dos fatos.
- c) Ainda que ausente a segunda reclamada, presente o seu advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
- d) No caso de litisconsórcio passivo, a revelia produz o mesmo efeito para o reclamado ausente, mesmo que o primeiro reclamado conteste a ação.

Justificativa: Prof. Paulo Rogério

- O preposto não precisa ser empregado da parte reclamada, mas precisa ter conhecimento dos fatos. A revelia não produz os seus efeitos havendo pluralidade de reclamados e algum deles contestar a ação. Mesmo que ausente a segunda reclamada, presente o seu advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados, conform art 844 e parágrafos da CLT.

61. Arnaldo possui uma dívida de R\$50.000,00 com Deodato, com vencimento fixado em 30/06/2018. Antes do vencimento o devedor procura o credor e lhe oferece um carro de sua propriedade marca "X", placas "Y", tendo este sido avaliado em R\$47.000,00, restando um saldo credor de R\$3.000,00 a ser pago a Deodato, que aceitou o negócio jurídico. Marque qual tipo de pagamento indireto é o previsto nos fatos indicados:
- a) Consignação em pagamento.
- b) Dação em pagamento.
- c) Imputação.
- d) Sub-rogação pessoal convencional.

Justificativa: Prof. Marcelo Siqueira

- a presente afirmação tem como item correto a letra "b" em conformidade com o artigo 356 do Código Civil. Esclarece-se que a doutrina, como por exemplo ao do professor Caio Mário da Silva Pereira, aceita a quitação parcial na dação em pagamento.

62. Afonso e Águeda alugaram imóvel/sala comercial para instalar seu escritório de advocacia, sendo fixado um aluguel mensal de R\$1.000,00 a ser pago no domicílio do credor/locador. Sobre a obrigação de se pagar o aluguel pode-se afirmar:
- a) Que a cobrança do aluguel, R\$1.000,00, só pode ser realizada em conjunto, face a obrigação ser divisível;
- b) Que a cobrança do aluguel, R\$1.000,00, só pode ser realizada separadamente e em partes iguais, R\$500,00, face a obrigação ser divisível, não sendo previsível a solidariedade;
- c) Que a cobrança do aluguel, R\$1.000,00, pode ser realizada a qualquer um dos inquilinos face a solidariedade prevista na lei do inquilinato;
- d) Que a cobrança do aluguel só pode ser realizada em conjunto, R\$1.000,00, face a solidariedade e o fato de a obrigação interessar a ambos os inquilinos.

Justificativa: Prof. Marcelo Siqueira

- a presente afirmação tem como item a ser assinalado a letra "c" em conformidade com os

artigos 265 do Código civil e artigo 2º da Lei do inquilinato (8245/91).

63. José e Maria foram casados por cinco anos, mas, com o passar dos anos, o casamento desgastou-se e eles divorciaram-se. Os quatro filhos do casal, menores impúberes, ficaram sob a guarda exclusiva da mãe, que trabalha em uma escola como professora, mas que está com os salários atrasados há quatro meses, sem previsão de recebimento.

José vinha contribuindo para o sustento das crianças, mas, estranhamente, deixou de fazê-lo no último mês. Maria, ao procurá-lo, foi informada pelos pais de José que ele sofreu um atropelamento e está em estado grave na UTI do Hospital Boa Sorte. Como José é autônomo, não pode contribuir, justificadamente, com o sustento dos filhos.

Sobre a possibilidade de os avós participarem do sustento das crianças, assinale a afirmativa correta

- a) Em razão do divórcio, os sogros de Maria são ex-sogros, não são mais parentes, não podendo ser compelidos judicialmente a contribuir com o pagamento de alimentos para o sustento dos netos.
- b) Os filhos podem requerer alimentos avoengos, se comprovada a impossibilidade de Maria e de José garantirem o sustento dos filhos.
- c) Os alimentos avoengos não podem ser requeridos, porque os avós só podem ser réus em ação de alimentos no caso de falecimento dos responsáveis pelo sustento dos filhos.
- d) Maria não pode representar os filhos em ação de alimentos avoengos, porque apenas os genitores são responsáveis pelo sustento dos filhos.

Justificativa: Prof. Tiago Filgueiras

- A obrigação de alimentos é recíproca entre ascendentes e descendentes e os avós possuem obrigação subsidiária e complementar perante os netos, sempre se respeitando o binômio necessidade/possibilidade para a fixação da verba alimentar. (Artigos 1694, 1696, 1698 e 1592, parágrafo 2º).

64. José e Maria (grávida de 9 meses) sofreram um acidente automobilístico. José faleceu no acidente. Maria foi levada com vida ao hospital e o filho que estava em seu ventre faleceu alguns minutos após o nascimento, tendo respirado. Na manhã seguinte, Maria também faleceu em decorrência dos ferimentos causados pelo acidente. José e Maria não tinham outros filhos. O casal tinha uma fortuna de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em aplicações financeiras, numa conta conjunta, valores acumulados exclusivamente

durante o período do casamento, sob o regime legal de bens (comunhão parcial). Os pais de José (Josefa e João) e os pais de Maria (Ana e Paulo) ingressaram em juízo postulando seus direitos hereditários. Assinale a alternativa correta.

- a) Os pais de Maria têm direito a 75% do valor da herança e os pais de José ao restante.
- b) Os pais de José têm direito a 75% do valor da herança e os pais de Maria ao restante.
- c) A herança deve ser atribuída totalmente aos pais de José, nada cabendo aos pais de Maria.
- d) A herança deve ser atribuída totalmente aos pais de Maria, nada cabendo aos pais de José.

Justificativa: Prof. Tiago Filgueiras

- José ao falecer deixou sua herança para o filho, que não concorre com o cônjuge por inexistir bens particulares. O filho ao falecer deixou toda a herança recebida do pai para Maria, que ao falecer deixou toda a fortuna para seus pais. (Artigo 1829 do CC).

65. Egídio descobre que sua esposa Joana está com um câncer. Ao iniciar o tratamento, o plano de saúde de Joana se recusa a cobrir as despesas, em razão da doença ser preexistente à contratação. Em razão disso, o casal coloca à venda um imóvel de propriedade do casal com valor de mercado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), visando obter, de forma rápida, valores necessários para o pagamento do tratamento de saúde de Joana. Raimundo, tomando ciência da oferta da venda do imóvel de Egídio e Joana, não tendo qualquer intenção de auferir um ganho exagerado na compra e nem causar prejuízo aos vendedores, apenas aproveitando o que considera um excelente negócio, compra o imóvel em 01.01.2015. Em 02.01.2018, Egídio e Joana ajuízam uma ação judicial contra Raimundo, na qual questionam a validade do negócio jurídico.

Assinale a alternativa correta:

- a) O negócio jurídico é anulável. Em razão da doença de Joana, o casal estava numa situação que os levou à conclusão de um negócio jurídico eivado pelo vício da lesão que poderia ser decretada para restituir as partes à situação anterior, mas que não poderá ser realizada em razão do decurso do prazo decadencial de 3 (três) anos.
- b) O negócio jurídico é anulável. Em razão da doença de Joana, o casal estava numa situação que os levou à conclusão de um negócio jurídico eivado pelo vício da lesão que pode ser desconstituído; caso Raimundo concorde em suplementar o valor anteriormente pago, o negócio pode ser mantido.
- c) O negócio jurídico é válido e eficaz. Não há qualquer norma que impeça um vendedor, por

livre e espontânea vontade, de alienar um bem por valores abaixo dos praticados no mercado, em razão do princípio da autonomia da vontade que prevalece, principalmente no presente caso, onde não se verifica que uma das partes seja hipossuficiente em relação à outra.

- d) O negócio jurídico é nulo de pleno direito por ilicitude do objeto. Não existe uma contraprestação válida, tendo em vista o valor da prestação, comparada ao preço real do bem adquirido, bem como pela ausência de vontade válida, podendo a nulidade ser declarada a qualquer tempo.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- Na lesão, o defeito decorre da manifesta desproporção entre as prestações. Deve-se, sempre que possível, manter o negócio, revisando as prestações. Art. 157, § 2º/CC e Enunciado 149/CJF.

66. Na compra e venda,

- a) prevalece a amostra, o protótipo ou o modelo, se houver contradição ou diferença com a maneira pela qual se descreveu a coisa no contrato.
- b) convencionada a venda, sem fixação de preço ou de critério para a sua determinação, se não houver acordo por ter havido diversidade de preço, prevalecerá o termo mínimo.
- c) a fixação do preço pode, no contrato, ser deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes.
- d) é vedada a compra e venda entre cônjuges com relação aos bens excluídos da comunhão.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- Conforme art. 484, parágrafo único/Código Civil.

67. Pedro e Paulo celebraram um contrato de empréstimo. O título não foi assinado por testemunhas. Mesmo com o pagamento da dívida, Pedro efetuou protesto do título em Cartório, exigindo o pagamento integral do débito. Paulo, inconformado, postulou ação de reparação de danos contra Pedro, invocando a indenização prevista no art. 940, do Código Civil (*"Art. 940. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição."*)

Nessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) O pedido de indenização é indevido, pois que o redor não efetuou cobrança judicial, requisito indispensável para o dever de indenizar.
- b) O pedido de indenização é indevido, pois que não há assinatura de testemunhas no contrato.

- c) O pedido de indenização é devido, em razão da cobrança abusiva formulada por Pedro.
- d) O pedido de indenização é devido, pois o protesto apenas seria lícito se houvesse assinatura de testemunhas.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- O fato gerador da indenização, com fundamento no art. 940/CC, é a postulação de ação judicial de cobrança, o que se conclui pela utilização, no texto normativo, do verbo *demandar*.

68. A propriedade do solo

- a) abrange a do subsolo apenas para explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, desde que não submetidos a transformação industrial.
- b) abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las.
- c) não abrange a do subsolo, por isso o proprietário não pode opor-se a atividades que sejam realizadas por terceiros no subsolo, ainda que tenha interesse em impedi-las.
- d) não abrange a do espaço aéreo e o subsolo correspondentes, em qualquer altura ou profundidade, mesmo que úteis ao seu exercício, podendo, entretanto, obter autorização administrativa para sua utilização, desde que não prejudique terceiros ou o interesse público.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- Conforme art. 1.229/CC.

69. O contrato de comodato se caracteriza como:

- a) empréstimo de consumo, cuja restituição deve ser feita pelo equivalente, diferentemente do mútuo, que é empréstimo de uso, porque o bem deve ser restituído em sua individualidade.
- b) empréstimo de uso, porque o bem deve ser restituído em sua individualidade, diferentemente do mútuo, que é empréstimo de consumo, cuja restituição deve ser feita pelo equivalente.
- c) espécie do gênero contrato de mútuo, por configurar uma obrigação de restituir coisa fungível.
- d) negócio jurídico bilateral e oneroso.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- Conforme interpretação sistemática dos arts. 579 e 586/CC.

70. No que diz respeito ao princípio da Inafastabilidade da Tutela Jurisdicional, julgue as assertivas abaixo.

- I) O direito de pedir a solução judicial de um conflito depende da própria existência do conflito, ou da circunstância de o autor da ação ser titular desse direito.
- II) Nas hipóteses em que a legislação autoriza o exercício legítimo de autotutela, veda-se a possibilidade de ir a juízo para pedir a solução do conflito.
- III) Em determinadas situações, excepcionais, a relação jurídica gerada pelo direito de ação se confunde com a relação jurídica do conflito levado a juízo.

Estão incorretas as assertivas:

- a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) I, II e III.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- I) O direito de ação é abstrato. Independe da existência do direito material alegado; II) Em nenhuma situação se impede alguém de ir a juízo; e III) O direito de ação é autônomo. Não se confunde com o direito material.

71. José demandou judicialmente ação de cobrança contra João e requereu, em sede de tutela provisória, o sequestro de bens do réu. Deferida a medida, não foi objeto de recurso pelo demandado. José, então, peticionou em juízo, rogando que o juiz declarasse estabilizada a tutela provisória deferida, extinguindo o processo. Nessa situação, é correto afirmar que:
- a) O pedido não deverá ser acolhido, uma vez que apenas é possível de estabilização a tutela provisória requerida em caráter incidental.
- b) O pedido deverá ser indeferido, pois, dentre as tutelas provisórias, apenas se estabiliza a tutela provisória de urgência satisfativa requerida em caráter antecedente.
- c) O pedido deverá ser deferido, pois não há restrições à estabilização que decorram da espécie de tutela provisória.
- d) O pedido deverá ser deferido, pois o pedido formulado pelo autor se enquadra na previsão legal de estabilização.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- Apenas uma espécie de tutela provisória é capaz de se tornar estável: a tutela provisória de urgência satisfativa requerida em caráter antecedente (art. 304/CPC)

72. João e Mauro celebraram contrato de compra e venda de imóvel com Paulo e Adriano. Diante da recusa dos vendedores de lavrar a escritura definitiva de compra e venda, os adquirentes postularam ação de adjudicação compulsória.

Nessas condições, é correto afirmar, quanto ao litisconsórcio, que:

- a) O litisconsórcio ativo é unitário, ao passo que o litisconsórcio passivo é simples.
- b) O litisconsórcio ativo é simples, ao passo que o litisconsórcio passivo é unitário.
- c) Ambos os litisconsórcios são unitários.
- d) Ambos os litisconsórcios são simples.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- Como a relação jurídica discutida no processo é indivisível, o litisconsórcio, para autores e réus, é unitário, de modo que o magistrado deverá decidir de modo uniforme para ambos os autores ou ambos os réus.

73. Num determinado Recurso Especial, alegou-se que o acórdão recorrido confirmou sentença em que o magistrado ignorou as regras de produção da prova pericial. O Presidente do Tribunal local negou seguimento ao recurso, sob fundamento de que análise do recurso encontraria óbice no Enunciado nº 07, da Súmula do STJ. Diante dessa situação, é correto afirmar que:
- a) A decisão está correta, já que não se pode, em Recurso Especial, rediscutir a prova dos autos.
- b) A decisão está incorreta, uma vez que se pode, em Recurso Especial, discutir direito probatório. Contra essa decisão, é cabível o recurso de Agravo em Recurso Especial, que será julgado pelo STJ.
- c) A decisão está incorreta, uma vez que se pode, em Recurso Especial, discutir direito probatório. Contra essa decisão, é cabível o recurso de Agravo Interno, que será julgado pelo STJ.
- d) A decisão está incorreta, uma vez que se pode, em Recurso Especial, discutir direito probatório. Contra essa decisão, é cabível o recurso de Agravo Interno, que será julgado pelo Tribunal Local.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- Admite-se Recurso Especial para discutir direito probatório, o que não significa rediscutir a matéria fática do processo. Contra a decisão de inadmissão, é cabível o recurso de Agravo, previsto no art. 1.042/CPC,

74. Postulada uma ação de cobrança de dívida, o magistrado extinguiu o processo liminarmente, com resolução de mérito, fundamentando sua decisão em prescrição da dívida. Postulada a apelação, o autor demonstrou não haver prescrição e requereu retratação do magistrado. Diante disso, é correto afirmar que:
- a) O magistrado não poderá se retratar, pois tal medida apenas é pertinente nos casos de extinção do processo sem resolução do mérito.

- b) O magistrado poderá se retratar, pois a decisão de improcedência liminar, assim como a decisão que extingue o processo por indeferimento da petição inicial, admite retratação.
- c) O magistrado não poderá se retratar, pois não se admite retratação pelo magistrado, salvo nos pedidos de reconsideração, em agravo de instrumento.
- d) O magistrado poderá se retratar, pois, mesmo não havendo previsão normativa, a reconsideração é permitida em função de eficiência processual.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda
- Conforme art. 332, § 3º/CPC.

75. É sabido que a atuação processual da Defensoria Pública foi disciplinada por diversos dispositivos do novo Código de Processo Civil. Dentre as prerrogativas da Defensoria Pública, não se inclui:
- a) Recorrer, em nome próprio, para impugnar decisão proferida contra o assistido.
- b) Postular Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, bem como pedir a superação da tese firmada no incidente.
- c) Ter prazo em dobro para seus atos postulatórios, estendidos esses poderes para instituições com quem for conveniada, a exemplo e Núcleos de Prática Jurídica.
- d) Não precisar apresentar procuração para atuação em defesa dos assistidos.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda
- A Defensoria Pública não poderá atuar como substituto processual do assistido. Não tem legitimidade para interpor recurso em seu nome.

76. A caução prevista no cumprimento provisório de sentença **não** poderá ser dispensada nos casos em que:
- a) o crédito for de natureza alimentar, independentemente de sua origem.
- b) o credor demonstrar situação de necessidade.
- c) o executado houver postulado Agravo em Recurso Extraordinário ou Especial.
- d) a sentença a ser provisoriamente cumprida estiver em consonância com entendimento firmado em Incidente de Assunção de Competência.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda
- O precedente que autoriza dispensa de caução deve ser representado por súmula da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos. (art. 521, IV)

77. Quanto aos recursos, considere as proposições abaixo:

- I) No julgamento da apelação interposta contra sentença que extingue o processo sem resolução do mérito, o Tribunal pode, dando provimento ao recurso, julgar, de logo, a causa, se a discussão dos autos for meramente jurídica;
- II) Num processo com mais de um pedido, se um deles estiver em condições de julgamento, o juiz poderá julgar, parcialmente o mérito, dando continuidade ao processo quanto ao outro pedido. Nesse caso, a decisão será impugnável por agravo de instrumento.
- III) Negado provimento, monocraticamente, a uma apelação, os embargos de declaração opostos contra a decisão serão julgados pela Câmara ou Turma.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda
- A competência para julgamento dos embargos é do órgão que proferiu a decisão. No caso da questão, os embargos serão julgados pelo colegiado.

78. A cobrança pelo uso da água é um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos instituídos pela Lei n.º 9.433/1997, que tem por objetivo estimular o uso racional da água e gerar recursos financeiros para investimentos na recuperação e preservação dos mananciais das bacias. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.
- a) O objetivo da cobrança pelo uso de água é conscientizar e incentivar a economia de água por parte dos usuários, utilizando-se toda a arrecadação para gastos com pessoal.
- b) Na cobrança pelo uso da água, o valor é fixado a partir de um pacto entre os usuários de água, sociedade civil e poder público no Comitê de Bacia Hidrográfica, o que constitui um imposto social participativo.
- c) Os valores relativos à cobrança pelo uso da água devem ser pagos por usuários outorgáveis, ou seja, aqueles que utilizam quantidades expressivas de água de rios, de seus afluentes, de barragens e de lençóis subterrâneos.
- d) Os valores relativos à cobrança pelo uso de água são calculados pelo Ministério do Meio Ambiente e repassados aos órgãos gestores de recursos hídricos, sendo utilizados para gastos com pessoal.

Justificativa: Profa. Germana Belchior
- Ao reconhecer a água como um recurso natural limitado e dotado de valor econômico (art. 1º, inciso II, Lei n.º. 9.433/97), o legislador insere como

instrumento da PNRH a cobrança pelo uso de recursos hídricos (inciso IV), alinhando como objetivos (artigo 19): (I) reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; (II) incentivar a racionalização do uso da água; e, ainda, (III) obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

79. Se o Brasil celebrar novo tratado sobre transporte aéreo civil internacional, após os procedimentos constitucionais de incorporação desta norma ao sistema jurídico nacional, ela terá hierarquia:

- a) de lei complementar.
- b) de lei ordinária.
- c) de emenda constitucional.
- d) formalmente de lei complementar mas materialmente de lei ordinária.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda.

Apenas os tratados que versem sobre direitos humanos, aprovados com quórum específico, terão hierarquia constitucional. O STF não admite que Tratado Internacional trate de matéria reservada à Lei Complementar.

80. As fontes de direito internacional privado no Brasil não incluem

- a) o Código de Bustamante, de 1928.
- b) os contratos internacionais privados.
- c) a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- d) a doutrina.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

Os contratos não são fontes do DIP. São elas: 1. Lei; 2. Tratados; 3. Jurisprudência; 4. Doutrina; e 5. Costumes.

81. Pedro, agricultor, tendo em vista as dificuldades de exploração agrícola, deixou sua propriedade agrária e mudou-se para a cidade a fim de alcançar melhores condições de vida. Instalou sua moradia em um imóvel urbano de 100m² localizado em um núcleo informal dessa cidade, contando tal fato mais de 5 anos. Diante de tal situação, Pedro será parte em ação de usucapião urbano coletivo. Sobre os requisitos da usucapião coletiva, diante da situação, marque a alternativa correta

- a) A usucapião de imóvel urbano, mesmo coletivamente, será concedida a quem não seja proprietário de outro imóvel urbano e nem rural, não cumprindo, portanto, Pedro, esse requisito.
- b) A usucapião de imóvel urbano será concedida apenas a quem não seja proprietário de outro imóvel urbano, podendo ser o usucapiente,

entretanto, proprietário de área rural, podendo então Pedro alcançar esse direito.

- c) A usucapião especial não pode ser requerida por uma coletividade de pessoas, logo não será possível a Pedro alcançar essa propriedade.
- d) Não será possível a Pedro alcançar esse direito até que cumpra o prazo legal previsto, que é de 10 anos.

Justificativa: Profa. Danielle Batista

- Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural. Art. 10, Lei 10.257/2001.

82. A Lei nº 8.069/1990, denominada Estatuto da Criança e Adolescente, prevê nas disposições preliminares quais os direitos da criança e do adolescente, sendo correto afirmar que a criança e o adolescente

- a) têm direitos fundamentais restritivos. Por esse motivo, elabora-se uma legislação específica denominada Estatuto da Criança e Adolescente para regular quais os direitos e deveres a serem cumpridos e respeitados.
- b) têm acesso parcial aos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, em que a criança e o adolescente, por estarem em fase de desenvolvimento, necessitam de legislação especial para acesso e proteção social.
- c) gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto da Criança e Adolescente, sendo assegurado por lei, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- d) serão assim considerados, para os efeitos do Estatuto da Criança e Adolescente, se tiverem até treze anos e entre quatorze e dezoito anos, respectivamente.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- Conforme art. 3º do ECA.

83. Acerca da definição de tributos e de suas espécies, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei ou decreto, que não constitua sanção de ato ilícito e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) taxa é tributo vinculado, contraprestacional, de receita afetada e não restituível.

- c) imposto é tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- d) há determinadas espécies tributárias cuja natureza jurídica não é determinada pelo respectivo fato gerador da obrigação tributária, mas pela finalidade de sua instituição e consequente destinação legal do produto de sua arrecadação.

Justificativa: Prof. Leandro Macêdo

- O item "a" está errado, na medida em que o tributo não pode ser instituído por decreto, mas somente por lei, nos termos do art. 3º do CTN.

84. Quanto às sociedades limitadas, é correto afirmar que:

- a) Podem os sócios contribuir para o capital social com dinheiro, bens passíveis de avaliação em dinheiro ou serviço.
- b) Podem-se reger supletivamente pelas normas da sociedade anônima, havendo previsão no contrato social.
- c) Respondem os sócios, ilimitadamente, pelas obrigações sociais, não estando o capital social totalmente integralizado.
- d) Tem o conselho fiscal como órgão obrigatório, de funcionamento permanente.

Justificativa: Prof. Daniel Miranda

- Conforme previsão do art. 1.053, parágrafo único, do Código Civil.

A assertiva a está incorreta porque a contribuição não poderá ser em serviços; a c, porque a responsabilidade é limitada ao capital subscrito; e a d, porque o conselho fiscal é órgão facultativo.

85. Acerca da oferta, da publicidade, das práticas abusivas e do contrato de adesão, assinale a opção correta à luz do CDC e da jurisprudência do STJ.

- a) A execução de serviços independe de autorização expressa do consumidor ou de prévia elaboração de orçamento.
- b) O envio de cartão de crédito sem prévia solicitação do consumidor configura ato ilícito indenizável, sem prejuízo da sanção administrativa correspondente.
- c) As cláusulas contratuais que restrinjam direitos dos consumidores serão nulas de pleno direito.
- d) A publicidade, desde que suficientemente precisa, não gera efeitos/obrigações e, portanto, não integra o contrato que venha a ser celebrado.

Justificativa: Prof. Ângela Gondim

- a) Falso – ver art. 40 CDC – obrigatoriedade do orçamento prévio;
b) Correto – súmula 532 STJ;

- c) Falso – o contrato pode conter cláusulas que restrinjam direitos, desde que suficientemente destacadas – ver art. 54 CDC;
d) Falso – violação do princípio da vinculação – art. 30 CDC.

86. Sobre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Uma segurada empregada doméstica foi admitida no emprego no oitavo mês de gravidez, razão pela qual não terá direito ao benefício de salário-maternidade, tendo em vista o não cumprimento da carência de dez contribuições mensais exigidas para a concessão desse benefício;
- b) Plínio recebe pensão por morte do seu pai, segurado falecido do Regime Geral. Ao completar vinte e um anos de idade, Plínio, válido e sem deficiência, continuará percebendo a sua cota individual da pensão por morte, desde que comprove a condição de estudante universitário;
- c) Ismênia era casada com Moacir, segurado empregado do Regime Geral, de quem se divorciou há mais de dez anos. Após a morte de Moacir, Ismênia foi requerer o benefício de pensão por morte junto ao INSS. Nessa situação, com base em literal e expressa disposição legal, Ismênia terá direito ao benefício de pensão por morte desde que comprove a percepção de prestação de alimentos paga por Moacir na data do óbito;
- d) Aline, solteira e que mora sozinha, completou 60 anos de idade. Nessa situação, Aline já tem a idade mínima para a concessão do benefício assistencial de amparo social ao idoso.

Justificativa: Prof. Leandro Macêdo

- Letra a) INCORRETA. O salário-maternidade para a segurada empregada doméstica independe de carência.

Letra b) INCORRETA. O filho válido e sem deficiência perde a qualidade de dependente aos 21 anos de idade, ainda que universitário.

Letra c) CORRETA. Art. 76, § 2º, Lei 8.213/91.

Letra d) INCORRETA. A idade mínima para a concessão do benefício assistencial de amparo social ao idoso é 65 anos.